

## Discursos sobre a educação bilíngue para surdos: pesquisas e dados estatísticos nas relações de saber-poder-verdade que produzem essa educação \*

## Speeches about bilingual education for the deaf: research and statistical data on the knowledge-power-truth relations that produce this education

Ingrid Ertel Stürmer-Ingrassia<sup>1</sup>

Centro Universitário Cenecista de Osório (UNICNEC)

ingridsturmer@gmail.com

**Resumo:** Este estudo dialoga com autores que situam suas investigações no campo dos Estudos Surdos e Estudos Foucaultianos e objetiva questionar a produção de verdades sobre a educação bilíngue para surdos. Analisou-se os discursos produzidos em documentos trocados entre o Ministério da Educação (MEC) e

---

\* Esta escrita foi idealizada a quatro mãos, ou seja, teve grande contribuição de Adriana da Silva Thoma, que faleceu em 19 de novembro de 2018. Adriana era professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuando no Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação (DEE/FACED) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU). Liderava o grupo de pesquisa Sujeitos, Inclusão, Narrativas, Identidades, Alteridades e Subjetividades (SINAIS) e foi uma das pesquisadoras do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES). Este artigo é uma homenagem à sua generosidade e seu grande legado para a área da Educação de Surdos e Educação Inclusiva.

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente no Centro Universitário Cenecista de Osório-RS (UNICNEC). Professora substituta de Libras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS (IFRS).

o movimento surdo representado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Verifica-se argumentações que se pautam em dados estatísticos e pesquisas acadêmicas potencializando a produção e proliferação de diferentes verdades sobre a educação bilíngue para surdos. Nesses tensionamentos, os discursos do MEC procuram dar visibilidade à educação na escola comum, considerando-a um espaço potente para contemplar as diferenças. Os discursos que circulam no movimento surdo, marcam o direito linguístico como direito fundamental para que os surdos possam ter acesso à educação que consideram não ser possibilitada na escola comum.

**Palavras-chave:** Educação bilíngue para surdos; políticas linguísticas e educacionais; discursos.

**Abstract:** This study dialogues with authors who situate their investigations in the field of Deaf Studies and Foucaultian Studies and aims to question the production of truths about bilingual education for the deaf. The speeches produced in documents exchanged between the Ministry of Education and the deaf movement represented by the National Federation of Deaf Education and Integration were analyzed. There are arguments that are based on statistical data and academic research enhancing the production and proliferation of different truths about bilingual education for the deaf. In these tensions, the speeches of the Ministry of Education seek to give visibility to education in the ordinary school, considering this school a powerful space to contemplate the differences. The speeches that circulate in the deaf movement mark the linguistic right as a fundamental right so that the deaf can have access to education they consider not being possible in the ordinary school.

**Keywords:** bilingual education for the deaf; language and educational politics; speeches.

## Introdução

Historicamente, a educação de surdos é marcada por acontecimentos e movimentos sociais que levaram às condições de existência na atualidade. O movimento pela oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) através da *Lei 10.436/2002*, é um exemplo que significou uma unanimidade nas lutas dos surdos. Nessa última década, as pautas do movimento surdo<sup>2</sup> vêm-se modificando, sendo que “as discussões relativas às *políticas educacionais* ganharam contornos de possibilidades de reafirmação de iniciativas de mobilização do povo surdo” (THOMA; KLEIN, 2010, p. 113) [grifos meus]. Estes contornos têm indicado a necessidade de afirmação para uma educação que contemple as especificidades linguístico-culturais dos surdos, o que seria possibilitado através de uma educação bilíngue<sup>3</sup>.

Orientações legais sobre a educação de surdos constam, pela primeira vez, no *Decreto 5.626/2005*, documento escrito no embate político entre Ministério da Educação (MEC) e movimento surdo desde os anos noventa. Em 2008 há uma breve orientação sobre educação bilíngue na *Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, em que se afirma:

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/LIBRAS, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da

---

<sup>2</sup> O movimento surdo é um movimento de uma minoria linguística, que busca um reconhecimento linguístico e cultural. Este movimento pode ser composto, também, por familiares e amigos de surdos, professores, pesquisadores e profissionais da área da surdez.

<sup>3</sup> Existem diferentes perspectivas sobre a educação bilíngue para surdos. Nesta pesquisa, apresenta-se a perspectiva de uma educação bilíngue em que a Libras é a primeira língua e língua de instrução e a Língua Portuguesa, a segunda língua, sendo ensinada na modalidade escrita. De modalidade visual-espacial, a Libras atende à especificidade de como o surdo capta a informação, constrói o conhecimento e expressa suas ideias, sentimentos e ações.

Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado é ofertado, tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, na medida do possível, o aluno surdo deve estar com outros pares surdos em turmas comuns na escola regular. (BRASIL, 2008, p.17)

A *Política* aponta que a Educação Especial deve perpassar transversalmente as modalidades de ensino da Educação Básica e que todos os alunos devem estar matriculados, preferencialmente, nas escolas comuns. Desta forma, assegura-se “a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2008, p. 14). No campo da Educação Especial e na Política do MEC os alunos surdos são parte do público com deficiência e a política vigente aponta o direito a uma escolarização bilíngue no espaço da escola comum.

Nesse sentido, as orientações de 2008 sobre a educação bilíngue, atreladas ao ensino na escola comum, através do Atendimento Educacional Especializado (AEE), causaram impacto no movimento surdo. Diante da publicação da *Política* (2008) houve um grande movimento de articulação dos surdos em defesa das escolas e classes bilíngues. Este movimento foi potencializado quando houve a ameaça de fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em 2011, pois esse era entendido como uma instituição especial, o que contrariava a atual *Política*. Da mesma forma, as escolas de surdos do país também estavam sendo pressionadas a fecharem.

Em 2011 a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) esteve à frente, juntamente com diversas associações estaduais e municipais de surdos e de milhares de pessoas surdas e ouvintes do “Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda”, cuja principal luta foi pela manutenção das Escolas Bilíngues para Surdos, atividade bastante veiculada na mídia e redes sociais na época. Devido a essa mobilização, em reunião junto ao MEC, o mesmo desautorizou o anúncio feito sobre o fechamento do INES defendendo sua permanência. (FENEIS, 2011b).

As várias reivindicações do movimento surdo posteriores à *Política*, assim como a busca por um espaço de discussão junto ao MEC, são iniciativas que resultaram na criação de um Grupo de Trabalho (GT) designado pelas *Portarias nº 1.060/2013* e *nº 91/2013* do MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Este grupo de trabalho redigiu o documento *Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa* no início de 2014, com o objetivo de orientar a construção de uma futura política educacional bilíngue, considerando as especificidades na educação dos sujeitos surdos.

A partir da contextualização acima, na pesquisa desenvolvida<sup>4</sup>, constatou-se que, após a publicação da *Política* (2008), há uma recorrência de discursos sobre a educação bilíngue para surdos. Um dos achados nesta pesquisa foi a utilização de argumentações baseadas em pesquisas acadêmicas e dados estatísticos para defender essa educação. Mostrar como essas pesquisas e dados são utilizados como forma de fortalecer seus argumentos sobre a educação bilíngue para surdos pode ser um exercício para pensar sobre o que estamos ajudando a construir no campo da educação de surdos.

Diante do exposto, apresenta-se como este artigo está organizado. Na primeira seção, é abordada a perspectiva teórica na qual o autor deste se inscreve e o material empírico utilizado nas análises. Na segunda seção foca-se nas análises da utilização de pesquisas acadêmicas nos discursos dos documentos e, na terceira, na recorrência da utilização de dados estatísticos. Por último, são delineadas as considerações finais.

## **Delineamento teórico e metodológico**

A partir de uma imersão em documentos do MEC e do movimento surdo, foi construído o seguinte problema de pesquisa: como diferentes discursos acerca da educação bilíngue para surdos constituem modos específicos de pensar a escolarização desses sujeitos no cenário brasileiro? Para responder a esse questionamento, foi realizada uma articulação entre os Estudos Surdos e Estudos Foucaultianos, utilizando algumas noções de Michel Foucault para responder ao problema de pesquisa.

---

<sup>4</sup> Este artigo apresenta o recorte de uma pesquisa maior (STÜRMEYER, 2015).

O campo dos Estudos Surdos em Educação é considerado:

[...] um território de investigação educacional e de proposições políticas que, através de um conjunto de concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação – e não uma apropriação – com o conhecimento e com os discursos sobre a surdez e sobre o mundo dos surdos (SKLIAR, 1998, p. 29).

Neste sentido, ao longo do artigo há um diálogo com autores que se inscrevem neste campo por compreenderem o sujeito surdo e a surdez pela perspectiva cultural e linguística. Há outros campos que criam significados diferentes para a surdez, como o da Educação Especial que compreende o surdo pelo viés clínico. Porém, de acordo com Lopes (2007) nenhum desses campos pode excluir a “diferença primordial inscrita no corpo surdo – o não ouvir” (p. 21).

Dito isso, apontar-se-á as noções foucaultianas utilizadas. Primeiramente, a noção de *discurso*, entendendo-o como produtor de práticas (FOUCAULT, 2013). Nesse viés, os documentos analisados nessa pesquisa são constituídos de discursos que produzem práticas na educação de surdos e, ao mesmo tempo, são constituídos por essas práticas. Foucault (2013) afirma que “os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (p. 60).

Investigar discursos acerca das práticas de implementação da educação bilíngue de surdos possibilita afirmar que estão atravessadas por lutas em torno da imposição de sentidos. Essas mostram que “exercer uma prática discursiva significa falar segundo determinadas regras e expor as relações que se dão dentro de um discurso” (FISCHER, 2001, p. 204).

Outra noção foucaultiana pertinente para as análises é a de *poder*. O poder não é aqui compreendido como algo que se possua, como um poder vertical, mas como algo que está presente em todas as relações, ou seja, é horizontal e “se manifesta como resultado da vontade que cada um tem de atuar sobre a ação alheia” (VEIGA-NETO, 2011, p. 121). A partir da compreensão horizontal do poder, ele aparece de forma produtiva e positiva enquanto produtor de *saber*. Os saberes entram como elementos condutores e naturalizadores do poder (ibidem) havendo, portanto, uma relação de imanência entre poder e saber.

Além das ideias acima, a noção de *verdade* é utilizada. Essa, compreendida como um efeito das relações de poder e saber, é conduzida por práticas discursivas reforçadas nessas relações, que apontam uma *vontade de verdade*, no sentido de busca de dominação que cada um empreende. Em suma, essa vontade de verdade tende a exercer sobre os discursos “uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2012, p. 17).

Entende-se que não há saberes melhores ou mais corretos, mas saberes que colocam verdades em circulação através dos discursos. Esses produzem efeitos de poder e controle e possibilitam que a educação de surdos seja pensada de determinada(s) maneira(s). Por isso, as noções foucaultianas se tornam produtivas nessas análises. Nessa perspectiva de pesquisa não parte-se de uma organização prévia dos discursos, mas sim, na busca de compreendê-los a partir da imersão em documentos que tratam sobre a educação bilíngue para surdos colocados em circulação.

A partir do delineamento teórico mostrado, passa-se a discorrer sobre como aconteceu os movimentos nas escolhas metodológicas, bem como a apresentação dos documentos selecionados para a investigação, tendo em vista a perspectiva teórica anunciada. Nesse panorama para Corazza (2007), não há um critério que autorize alguém a escolher esta ou aquela metodologia de pesquisa, pois não é por “tal ou qual método que se opta, e sim por uma prática de pesquisa que nos ‘toma’ no sentido de ser para nós significativa” (p. 120-121). Com isso, afirma-se que a metodologia não foi preestabelecida, mas constituiu-se à medida que a imersão nos documentos acontecia, sendo necessárias algumas escolhas durante esse processo.

A investigação ficou centrada em dez documentos que foram elaborados pela FENEIS, representando o movimento surdo, e documentos elaborados pelo MEC. No entanto, neste artigo, é exposta uma discussão centrada em sete destes documentos, os quais constam no quadro a seguir:

Quadro 1: Relação dos documentos analisados

	<b>Documento</b>	<b>Tipo</b>	<b>Ano</b>	<b>Assunto</b>	<b>Instituição</b>
1	<i>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.</i>	Política (elaborada por um grupo <sup>5</sup> de trabalho)	2008	Visa construir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.	MEC/ SEESP
2	<i>Nota Técnica nº 05/2011.</i>	Nota do MEC para a Feneis	2011	Visa esclarecer a implementação da educação bilíngue de acordo com a política do MEC.	MEC/ SECADI
3	<i>Carta-denúncia dos falantes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) ao Ministério Público Federal.</i>	Carta da Feneis para o MEC	2011	Visa apresentar algumas questões sobre a educação de surdos, a fim de repensar a Política Nacional de Educação Especial Na Perspectiva da Educação Inclusiva.	FENEIS
4	<i>Proposta para a elaboração de uma Política Nacional de Educação Bilíngue para Surdos.</i>	Proposta da Feneis para o MEC	2012	Visa apresentar argumentos em defesa das Escolas Bilíngues para Surdos.	FENEIS

<sup>5</sup> Sete representantes da Secretaria de Educação Especial/ MEC e nove professores colaboradores.



5	<i>Carta Aberta ao Ministro da Educação.</i>	Carta para o MEC	2012	Carta elaborada pelos sete primeiros doutores surdos do Brasil, que atuam na área da Educação e da Linguística, na qual reiteram as reivindicações da comunidade surda referentes ao PNE.	Doutores surdos
6	<i>Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024</i>	Política	2014	Visa apresentar as metas que o Governo Federal pretende atingir na década de 2014 até 2024.	MEC
7	<i>Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.</i>	Relatório (elaborado por um grupo <sup>6</sup> de trabalho)	2014	Visa apresentar subsídios para a construção de uma Política Linguística de Educação Bilíngue.	GT designado pelas Portarias nº1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/ SECADI

Fonte: elaborado pela autora.

Muitos desses documentos, tratam-se de notas técnicas e cartas trocadas entre MEC e movimento surdo. A escolha do material empírico justifica-se pela imersão em documentos que apresentam argumentações e orientações sobre a educação bilíngue para surdos, a qual indicou uma recorrência após o ano de 2008 (ano de publicação da *Política*) até 2014 (ano de publicação do *Relatório*). Os documentos selecionados acima apontam, especificamente, a utilização de dados provenientes de

<sup>6</sup> Sete representantes da FENEIS, três do MEC, três de Instituições Federais de Educação Superior (IFES), um de Secretarias de Estado da Educação, um da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), um do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), um do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES).

pesquisas acadêmicas e dados estatísticos para fundamentar a educação bilíngue para surdos.

## **Pesquisas acadêmicas nos discursos pela educação bilíngue para surdos**

Através da imersão nos documentos da pesquisa, constatou-se que, tanto o MEC quanto o movimento surdo, em defesa da educação bilíngue para surdos, utilizam em suas argumentações dados provenientes de pesquisas acadêmicas. A utilização desses dados potencializam a produção e proliferação de verdades sobre a educação bilíngue para surdos.

Em documentos do movimento surdo verificou-se a recorrência na utilização de pesquisas acadêmicas para justificar a educação bilíngue da qual acreditam ser a mais adequada, baseadas em Estudos Linguísticos. O movimento aponta que uma política linguística para a educação de surdos precisa ser guiada por “parâmetros científicos, não somente de uma ou outra pesquisa isolada, mas nos parâmetros da maioria das pesquisas que tratam da educação dos surdos” (CAMPELLO et al., 2012, p. 2).

Uma pesquisa científica é mencionada na *Proposta de Elaboração de uma Política Nacional Bilíngue* (2012), fazendo referência ao Programa de Avaliação Nacional do Desenvolvimento Escolar do Surdo Brasileiro (PANDESB), coordenado pelo professor Dr. Fernando Capovilla, associado da Universidade de São Paulo (USP). No site<sup>7</sup> da instituição consta o programa que foi desenvolvido entre 2001 e 2011, financiado por agências como CNPq<sup>8</sup>, Capes<sup>9</sup>, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Oito mil surdos com idades entre 6 e 25 anos matriculados no primeiro ano do Ensino Fundamental até o último ano do Ensino Superior foram avaliados em 15 estados brasileiros. O estudo aponta que os surdos possuem um desenvolvimento superior em escolas para surdos do que em escolas comuns:

---

<sup>7</sup><https://www5.usp.br/15125/pesquisa-do-ip-analisa-sistemas-de-aprendizado-de-linguagem-para-surdos-e-deficientes-linguisticos/>

<sup>8</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>9</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

[...]a política de inclusão, embora benéfica ao deficiente auditivo, é nociva ao surdo, e que este se desenvolve mais e melhor em escolas específicas para surdos no caldo de cultura de Libras, e sob ensino e acompanhamento de professores proficientes em Libras, como veículo principal de ensino-aprendizagem do Português e de outras disciplinas. Tal achado decorre da diferença crucial entre alunos surdos (cuja língua materna é Libras) e com eficiência auditiva (cuja língua materna é Português), e é ainda mais relevante quando se sabe que a quase totalidade dos alunos das escolas que vêm sendo desativadas é de alunos surdos, e não deficientes auditivos, pois que estes já vinham sendo incluídos normalmente, dada sua maior facilidade de alfabetizar-se e incluir-se por leitura orofacial e leitura-escrita alfabéticas. A desativação das escolas para surdos é desserviço, já que a criança surda aprende mais e melhor nelas. (CAPOVILLA, 2009, p. 25).

Argumenta-se também que na escola bilíngue os surdos aprendem mais e melhor, “porque a língua de comunicação e instrução será a língua de sinais, pois as crianças surdas, em geral, filhas de pais ouvintes, chegam às escolas sem uma língua” (FENEIS, 2012, p. 10).

O MEC, por sua vez, faz referência a uma pesquisa realizada sobre a implantação do Sistema de Frequência Modulada (FM<sup>10</sup>). A pesquisa, financiada pelo Governo Federal, foi produzida a fim de atender à inclusão de alunos com deficiência auditiva. O projeto *Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva* foi desenvolvido em 2012, em escolas públicas, e propõe a adoção do Sistema FM como ferramenta de acessibilidade na educação para estudantes com deficiência auditiva, usuários de Aparelhos de Amplificação Sonora Individual (AASI) e/ou Implante Coclear (IC). (BRASIL, 2013)

A *Nota Técnica nº 28/ 2013*, informa que o projeto envolveu: “106 escolas da rede pública estadual, municipal e do Distrito Federal, contemplando as cinco regiões do País; 202 crianças com deficiência auditiva e 99 professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE” (BRASIL, 2013, p. 3). A pesquisa buscou

---

<sup>10</sup> “O Sistema de FM consiste em um microfone ligado a um transmissor de frequência modulada portátil usado pelo professor, que capta sua voz e transmite diretamente ao receptor de FM conectado ao AASI e/ou IC do estudante, permitindo-o ouvir a fala do professor de forma mais clara, eliminando o efeito negativo do ruído e reverberação, típicos do ambiente escolar e suprimindo a distância entre o sinal de fala do professor e a criança.” (BRASIL, 2013, p. 2)

comprovar a eficácia do uso do Sistema de FM por estudantes usuários de AASI e IC, para a promoção de acessibilidade no contexto escolar, ampliando as condições de comunicação e a interação entre os estudantes e os professores.

Nas informações mencionadas acima, pode-se constatar que essas pesquisas têm diferentes dimensões tanto na quantidade de sujeitos pesquisados como em relação ao tempo de duração das mesmas: enquanto a primeira teve duração de 10 anos e envolveu 15 estados brasileiros, a segunda foi realizada em um ano, e, embora conste que envolveu as cinco regiões do país e o Distrito Federal, a amostra foi bem menor do que a da primeira. Além disso, há intensionalidades e sujeitos distintos, uma vez que a primeira se dedica aos surdos usuários da Libras e a segunda para alunos com deficiência auditiva que utilizam aparelhos de amplificação sonora. No entanto, para o MEC, esta última pesquisa parece ter tido maior impacto para construção das políticas educacionais, assim como maior divulgação, enquanto que a pesquisa de Capovilla foi silenciada nos documentos emitidos pelo Ministério.

Este silenciamento demonstra que o campo da Educação Especial é preponderante nos discursos do MEC, no qual os surdos são compreendidos como sujeitos deficientes a serem corrigidos e normalizados. Diferentemente dos discursos do movimento surdo, em que se traz um discurso focado nas diferenças culturais e linguísticas que se alinha ao campo dos Estudos Surdos. Para as autoras Nascimento e Costa (2014), é preciso mudar “o foco educacional da audição ausente na orelha do surdo para a competência linguística e para o potencial cognitivo que o surdo tem” (p.161), o que significaria oferecer a oportunidade de acesso, de fato, a todo tipo de conhecimento. Para o movimento surdo,

[...] não há dúvida de que todas as pessoas com deficiência devem, de modo irrenunciável, ser incluídas no “sistema educacional geral”, no qual estudam todas as outras pessoas [...] Mas isso não significa, de modo algum, que o sistema educacional geral não possa encontrar modalidades específicas que acolham as *diferenças linguístico-culturais*. (FENEIS, 2011a, p. 24) [grifos no documento]

Na *Carta-denúncia* (2011a) e no *Relatório sobre a Política Linguística* (2014b), documentos elaborados por representantes do movimento surdo, também verifica-se argumentações baseadas em pesquisas, no entanto, advindas do campo

dos Estudos Linguísticos. Na *Carta*, é citado William Stokoe, pesquisador que em 1960, comprovou que as línguas de sinais possuem níveis linguísticos (fonológico, morfológico, semântico, sintático e pragmático) assim como as línguas orais-auditivas, diferenciando-se delas por sua modalidade espaço-visual.

O movimento surdo, diferentemente do MEC, centraliza seus discursos nos Estudos Linguísticos. Compreendo como uma maneira de colocar em evidência a necessidade primeira de desenvolvimento linguístico do sujeito para que o mesmo consiga acessar os conhecimentos. Isto significa que, para o movimento, a aquisição e uso da língua de sinais pelos surdos é a questão central que deve anteceder qualquer discussão sobre modelo ou proposta educacional.

### **Dados estatísticos nos discursos pela educação bilíngue para surdos**

Conforme já dito, as análises indicaram que, além de argumentações fundamentadas em pesquisas acadêmicas (trazidas acima), também há argumentações provenientes de dados estatísticos, particularmente, do Censo Escolar Brasileiro, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De acordo com Foucault (2008) a estatística surge como uma ciência e conhecimento de Estado devido à necessidade de organizar e de produzir determinados tipos de saber sobre a população em suas diferentes dimensões. As estimativas e probabilidades caracterizavam-se, para Foucault, um mecanismo de controle da população. Neste sentido, o Governo utiliza-se do saber estatístico para conhecer a população, agir sobre ela e controlar seus riscos.

Os dados estatísticos encontrados nos documentos apontam um gerenciamento do risco da exclusão dos alunos com deficiência no sistema escolar. No que se refere à Educação Especial são acompanhados, por exemplo, indicadores de acesso à Educação Básica, matrícula na rede pública, inclusão nas classes comuns, oferta do AEE, acessibilidade arquitetônica nas instituições de ensino e o número de municípios e de escolas com matrícula dos alunos público-alvo da educação especial (BRASIL, 2008).

Traversini e Bello (2009) afirmam que, na atualidade, os números, taxas e índices vêm ocupando uma posição de centralidade "devido ao fato de os números terem adquirido um indiscutível poder na cultura política moderna" (p. 136). Este saber proveniente dos números contribui para produzir o que temos hoje instituído na

política de educação inclusiva, assim como contribui para a produção de pesquisas acadêmicas como a de Capovilla, que referimos anteriormente. Abaixo, observamos alguns dados sobre a inclusão de alunos com deficiência, entre os quais se localizam os surdos em classes comuns do ensino regular:

Os dados do Censo Escolar/2006, na Educação Especial, registram a evolução de 337.326 matrículas em 1998 para 700.624 em 2006, expressando um crescimento de 107%. No que se refere à inclusão em classes comuns do ensino regular, o crescimento é de 640%, passando de 43.923 alunos incluídos em 1998, para 325.316 alunos incluídos em 2006. (BRASIL, 2008, p. 12)

A partir dos dados acima, o *Plano Nacional de Educação* (2014-2024) coloca que é indiscutível o “significativo crescimento com relação aos indicadores de acesso ao ensino regular em virtude da implementação de políticas públicas voltadas à inclusão escolar” (BRASIL, 2014a, p. 23). Sendo assim, o saber estatístico ganha força nas relações de poder e na produção de verdades, pois, há um discurso ali constituído, bastando visualizá-lo. O documento acima também aponta dados comprovando o aumento das matrículas, como entre os anos 2008 e 2010, em que ocorreu “um crescimento de 27% das matrículas dos estudantes público-alvo da Educação Especial, na faixa de 04 a 17 anos, nas escolas comuns da rede regular de ensino, passando de 321.689 para 408.822”. (2014a, p. 24).

Estas informações compõem apenas parte dos indicadores construídos para dar visibilidade à efetivação da política de inclusão. Entretanto, sabemos que a matrícula não é garantia de qualidade do atendimento ao aluno. Os dados apresentados dão visibilidade aos resultados sobre a política de governo que está sendo implementada e, de acordo com Traversini e Bello (2009), “subsidiar decisões administrativas para manter e otimizar as características desejáveis da população” (p. 137).

Este crescimento indica ao Governo a necessidade de previsão de ações e programas que contemplem uma diversidade de sujeitos, e vem se materializando em ações como os Programas *Escola Acessível*<sup>11</sup>, de *Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais*, de *Formação de Professores e Profissionais para a Educação*

---

<sup>11</sup><http://portal.mec.gov.br/pec-g/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17428-programa-escola-acessivel-novo>

*Especial*<sup>12</sup>, entre outros para os quais foram realizados um grande investimento financeiro.

No que se relaciona à educação de surdos, a *Nota Técnica nº 05/2011* apresenta dados estatísticos referentes a esse público, pois traz informações referentes à educação bilíngue na política do MEC. Este documento também apresenta informações sobre o ingresso de alunos surdos no Ensino Superior e a oferta da disciplina de Libras, como é possível verificar abaixo:

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior (MEC/INEP), o índice de matrícula de estudante com deficiência auditiva passa de 665 em 2003, para 4.660 em 2009, significando um crescimento de 600,7%. A partir de 2007, são coletados dados específicos sobre a matrícula de estudantes com surdez, que registra 444 em 2007 e 1.895 em 2009, representando um crescimento de 326,8%. Assim, o total de estudantes com deficiência auditiva e surdez corresponde a 6.555, perfazendo um crescimento de 885,7%.

Conforme dados do Censo da Educação Superior/2009, 13.617 cursos superiores incluíram a disciplina de Libras tanto como disciplina obrigatória quanto como disciplina optativa, dentre eles, 61 cursos de Fonoaudiologia e 3.217 cursos de Licenciatura. Do total de 17.677 cursos de Licenciatura, 18,2% ofertam a disciplina, e, do total de 92 cursos de Fonoaudiologia, 66,3% ofertam a disciplina<sup>13</sup>. (BRASIL, 2011, p. 2)

Constata-se a utilização do saber estatístico para a tomada de decisões e investimentos, com intencionalidade de otimizar e alcançar os índices de qualidade desejáveis. Os dados apontados até aqui são utilizados pelo MEC para justificar algumas ações<sup>14</sup> para efetivação da educação bilíngue realizadas e/ou em processo de implementação pelo Governo.

---

<sup>12</sup><http://portal.mec.gov.br/implantacao-de-salas-de-recursos-multifuncionais/192-secretarias-112877938/seesp-esducacao-especial-2091755988>

<sup>13</sup> É apresentado um excerto com dados de um dos documentos analisados, por isso são informações mais antigas.

<sup>14</sup> Entre elas: a oferta do *Curso Letras Libras* na modalidade à distância através da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a partir de 2006 (posteriormente, outras instituições Federais passaram a ofertar esse curso, também); o *Curso Pedagogia Bilíngue Libras/Língua Portuguesa*, instituído em 2005, no Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES/RJ; a *Criação dos Centros de*

Os documentos produzidos pelo movimento surdo também apoiam-se em dados estatísticos para produzir efeitos de verdade e pretendem informar que a atual condução da política de inclusão, na prática, representa para “os alunos surdos e com deficiência auditiva uma real exclusão do sistema escolar como um todo” (FENEIS, 2011a, p. 19). Essa perspectiva pode ser corroborada quando a FENEIS coloca que o MEC tem mantido uma política de fechamento das escolas e classes que têm como língua de instrução a Libras, pois constatou que, entre 2002 e 2010 houve uma grande diminuição do número de alunos surdos e com deficiência auditiva nessas escolas. Os números indicam que:

passaram de 35.582 matrículas em 2002 a 18.323 matrículas em 2010, depois de ter mantido um crescimento tendencial entre 2002 e 2005 (em 2003, 36.242 matrículas; em 2004, 36.688 matrículas; e em 2005, 35.647 matrículas nessas classes e escolas específicas). (FENEIS, 2011a, p.17)

O movimento surdo utiliza dados produzidos e divulgados pelo Governo, no entanto, esses dados são interpretados de outra forma, amparados no campo dos Estudos Linguísticos para favorecer sua argumentação em defesa da escola bilíngue. Para o movimento, esses números informam que há menos alunos surdos acessando um ambiente linguístico favorável. Entre a *Lei 10.436* que oficializou a Libras em 2002 e sua regulamentação pelo *Decreto 5.626* em 2005, havia aumentado o número de alunos em escolas específicas para surdos e em escolas comuns. Contudo, após 2006, “quando as matrículas em escolas regulares pela primeira vez ultrapassaram as matrículas em classes e escolas específicas, começa a haver uma queda do número total de alunos surdos no sistema escolar como um todo” (FENEIS, 2011a, p. 17-18). [grifos no documento]. Para comprovar esta afirmação, os dados abaixo apontam que:

Entre 2006 e 2009, foram fechadas 13.552 vagas em classes e escolas específicas para alunos surdos e com deficiência auditiva, e apenas 4.450 novas matrículas de alunos surdos e com deficiência auditiva surgiram em classes comuns do ensino regular, o que nos permite dizer que, entre

---

*Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), Livros Didáticos e Paradidáticos em Libras no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); entre outras ações. (BRASIL, 2011).*



2006 e 2009, 9.102 alunos surdos e com deficiência auditiva foram excluídos do sistema escolar. Mais ainda, se entre 2002 e 2006 19.716 novos alunos surdos e com deficiência auditiva ingressaram no sistema educacional geral do país, a partir da política de fechamento das classes e escolas específicas, esse acréscimo baixou, em 2009, para 10.614. (CAMPELLO et al., 2012, p. 3-4)

O movimento surdo coloca em evidência que, após a *Política de Educação Especial* (2008), registrou-se uma diminuição de matrículas de alunos surdos no sistema educacional como um todo. Nesse sentido, o saber estatístico é utilizado na produção de outra verdade acerca da educação de surdos, ou seja, é utilizada pelo movimento para mostrar que a *Política* do MEC não está sendo eficiente. A *Carta Aberta ao Ministério da Educação*, elaborada pelos doutores surdos, apresenta um discurso de desautorização do Ministério, afirmando que “infelizmente, os dados divulgados pelo MEC não são interpretados como deveriam, o que não torna transparente a realidade educacional dos surdos” (CAMPELLO et al., 2012, p. 3-4).

No *Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue* (2014b), há dados mais atualizados, que seguem apontando as fragilidades no acesso dos surdos à educação informando que:

[...] o total de alunos surdos na Educação Básica é de 74.547. Os dados indicam a fragilidade da oferta e, conseqüentemente, da matrícula na Educação Infantil (4.485); a dificuldade de acesso à Educação Profissional (370), a predominância de matrículas no Ensino Fundamental (51.330); a queda das matrículas no Ensino Médio (8.751); a crescente evolução de matrícula na EJA (9.611). (BRASIL, 2014b, p. 3)

O movimento surdo aponta que um dos fatores que mascara o ingresso dos alunos surdos no ensino regular é, justamente, o aumento do número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois o INEP agrupa, em sua publicação anual, o número de matrículas do ensino regular ao da EJA. Segundo o que consta nos documentos, esses dados da inclusão no ensino regular mostram, também, o número de alunos surdos “fora da faixa etária”, que retornam à escola após o abandono dos estudos devido à falta de acesso às informações na sua língua. Há também jovens e adultos surdos que retornam aos estudos após já terem adquirido fluência na Libras

fora da escola, podendo, então, voltar à instituição escolar comum em condições de acompanhar a aula através de Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais (TILS). (FENEIS, 2011a)

Por fim, nos discursos sobre a surdez como diferença e uma identidade cultural que mobilizam o movimento surdo e pelas evidências dos dados oficiais apresentados, conclui-se que:

[...] quando são negados os direitos linguísticos de crianças e jovens surdos, retirando-lhes classes e escolas que se constituem condição de aquisição e desenvolvimento de sua língua, também lhes são retirados, tão-simplesmente, o acesso ao sistema de educação geral. (CAMPELLO et al., 2012, p. 3-4)

Para o MEC, no espaço da escola comum todos devem estar juntos e serem respeitados nas suas diferenças, mas como respeitar a diferença e os múltiplos modos de ser surdo? Segundo Giordani (2010), torna-se extremamente excludente a promulgação de políticas educacionais alicerçadas em verdades absolutas, que tomam “o conceito de inclusão como permanência em territórios únicos, em escolas normalizadas, que permitem a diversidade, mas que normalizam a diferença” (GIORDANI, 2010, p. 98).

Após as análises acima ficam evidentes que os discursos distribuem-se em suas recorrências e silenciamentos e podem ser compreendidos como estratégias de poder que criam efeitos de verdade, sendo essa, disseminada e tende a exercer poder de influência sobre os outros discursos. Entra em jogo, também, o olhar de onde são pronunciados os discursos pois, de um lado estão as formas de narrar os surdos por parte dos ouvintes e, de outro lado, as narrações dos surdos sobre eles mesmos (SKLIAR, 1999). É possível observar, também, uma tentativa de desconstrução do discurso do outro, ou seja, as relações de poder-saber em constante tensionamento para marcar as diferentes posições sobre a educação bilíngue para surdos.

## **Considerações finais**

As análises indicam uma significativa potência na utilização de pesquisas acadêmicas e dados estatísticos que se organizam para atender a uma vontade de

verdade produzindo diferentes significações sobre a educação bilíngue para surdos. Observo a vontade de verdade ser tensionada em muitos trechos dos documentos analisados e, em um território irregular e de interdiscursividade, os discursos circulam para posicionar-se como verdades “mais legítimas”. Neste artigo, não se pretende demonstrar posicionamentos de modo a indicar qual é a melhor política educacional, mas é perceptível verificar nas análises que os discursos buscam marcar suas posições. Assim, nas suas particularidades, esses operam na produção de múltiplas facetas sobre a lógica educacional bilíngue.

Os discursos produzidos no MEC procuram dar visibilidade à educação na escola comum, considerando essa instituição um espaço potente e com condições de contemplar as diferenças. As falas que circulam no movimento surdo marcam a diferença surda e o direito linguístico como fundamental para que os surdos possam ter acesso à educação que consideram não ser possibilitada na escola comum. Um espaço escolar bilíngue defendido pelos surdos constitui-se em um ambiente preponderante de aproximação e de convivência com a língua e diferença surda. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais são tensionados os discursos que produzem um espaço escolar que pode não estar proporcionando a construção linguística e identitária dos surdos por meio do contato com seus semelhantes.

Os enunciados, quanto mais circulam, mais entram na ordem do verdadeiro. Por isso, acredita-se que a *Política de Educação Especial* do Governo pode estar tendo maior força nas relações de saber-poder e na construção de verdades. Da mesma forma, os discursos do movimento surdo parecem estar ganhando maior força e poder já que estes são objetos de uma luta política (FOUCAULT, 2013).

Alguns estados e municípios vêm pensando e implementando suas propostas bilíngues nos espaços escolares a partir do que se coloca em circulação, como os apresentados nesse artigo. Há de se questionar sobre os efeitos desses discursos na educação de surdos, já que promoverão distintas maneiras de viver a diferença surda produzindo, também, modos distintos de ser surdo (CARDOSO, 2013).

Acredita-se que esse artigo possibilita um exercício de reflexão do que está sendo construído na área da educação de surdos e a importância de mais investigações e discussões sobre a implementação da proposta bilíngue. Além disso, a necessidade da construção de políticas que orientem os Sistemas de Ensino tendo como princípio, principalmente, a singularidade linguística e cultural dos surdos, bem como, o que os próprios sujeitos envolvidos nesta educação têm a nos dizer.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de Abril de 2002: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm).

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm).

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>.

BRASIL. **Nota Técnica nº 05/2011**. Sobre Implementação da Educação Bilíngue. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília, 2011. Disponível em: <http://inclusaoja.com.br/2011/06/02/implementacao-da-educacao-bilingue-nota-tecnica-052011-mecsecadigab/>.

BRASIL. **Nota Técnica nº 28/2013** / MEC / SECADI / DPPE. Assunto: Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/nt28\\_sistem\\_defic\\_audit.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/nt28_sistem_defic_audit.pdf)

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Ministério da Educação. Brasília, 2014a.

BRASIL/MEC/SECADI. **Relatório do Grupo de Trabalho designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013**. Subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa – a ser implementada no Brasil, 2014b. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=56513>

CAMPELLO, Ana Regina; PERLÍN, Gládis; STROBEL, Karin; STUMPF, Marianne; REZENDE, Patrícia; MARQUES, Rodrigo; MIRANDA, Wilson. **Carta Aberta ao Ministro da Educação**: elaborada pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, que atuam nas áreas de Educação e Linguística. Junho/2012.

Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/grupos-depesquisa/CARTAABERTADOSDOUTORESSURDOSAOADMINISTROMERCADANTE.pdf>.

CAPOVILLA, Fernando C. Avaliação escolar e políticas públicas de Educação para os alunos não ouvintes. **Pátio Revista Pedagógica**, 13(50), 2009. p 24-25. Disponível em: [http://www.ip.usp.br/lance/artigos/2009\\_Capovilla.pdf](http://www.ip.usp.br/lance/artigos/2009_Capovilla.pdf).

CARDOSO, Ana Cláudia Ramos. **Discursos sobre a Inclusão Escolar**: governo docente e normalização dos sujeitos surdos pelo Atendimento

Educacional Especializado. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Dissertação [Mestrado em Educação], Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). 3ª ed. **Caminhos investigativos I**. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p.103-128

FENEIS. **Carta-denúncia dos surdos falantes da Língua de Sinais Brasileira (Libras) ao Ministério Público Federal sobre a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva imposta à educação de surdos pela SECADI**. Rio de Janeiro, 2011a. (Texto digitado).

FENEIS. **Revista da FENEIS**. Publicação trimestral da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. n. 44, Junho/Agosto de 2011b.

FENEIS. **Proposta para a elaboração de uma Política Nacional de Educação Bilíngue para Surdos**. 2012. (Texto digitado).

FISCHER, Rosa M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. 1ª Ed. Trad.: BRANDÃO, Eduardo. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 22ª Ed. Trad.: SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 74p.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8ª Ed. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2013. 254p.

GIORDANI, Liliane. Gestão de políticas educacionais na educação de surdos: o que cabe do paradigma da diferença na prática da normalidade inclusiva? In: In: LOPES, Maura; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia; MACHADO, Fernanda. (Orgs.) **Cadernos de Educação**. Pelotas: Ed. UFPel, 2010.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

NASCIMENTO, Sandra Patrícia de Faria do; COSTA, Messias Ramos. Movimentos surdos e os fundamentos e metas da escola bilíngue de surdos: contribuições ao debate institucional. In: **Educar em Revista**, Edição Especial n. 2/2014. Curitiba: Editora UFPR, 2014. p. 159-178.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: SKLIAR, Carlos (Org.) **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, V. 24, n. 1., p. 15-32, 1999.

STÜRMER, Ingrid Ertel. **Educação Bilíngue**: discursos que produzem a educação de surdos no Brasil. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre-RS, 2015.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**, Pelotas, RS, n. 36, p. 107-131, maio/ago. 2010.

TRAVERSINI, Clarice Salete; BELLO, Samuel Edmundo López. O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.34, n.2, maio./ago. 2009, p.135-152.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

*Recebido em: 18/12/2019*

*Aceito em: 06/07/2020*